

Investimento estrangeiro precisa de crescimento, e não de asfixia



Reis Campos

Sem ocupar qualquer lugar de destaque nos órgãos de comunicação social, Portugal foi ganhando um lugar entre os destinos privilegiados para o turismo e para o investimento estrangeiro em imobiliário. O Programa de Vistos Gold sempre sofreu de algumas dificuldades de natureza técnica e administrativa, mas conseguimos uma liderança, à escala europeia, que nos colocou à frente de países com iniciativas idênticas, como a Espanha. O Regime de Tributação de Residentes Não Habituais, que é competitivo internacionalmente, mas não é nenhuma novidade, já que existe, sob diversas formas, em inúmeros países, foi ganhando dimensão e projeção e consolidou a posição nacional enquanto destino privilegiado para o investimento.

Paulatinamente, os efeitos deste fluxo positivo de turistas e de investimento estrangeiro, começaram a tornar-se mais visíveis em determinados territórios e, em especial, nas zonas históricas das nossas principais cidades. Os centros urbanos, outrora desertos e degradados, estão a ganhar uma nova dinâmica, a atividade económica

e o emprego crescem e, o que as estatísticas nos dizem é que, há ainda um longo caminho a percorrer. Veja-se que, Portugal ainda não figura sequer no top 10 da maioria dos rankings do turismo, mesmo considerados apenas os países europeus. O recorde nacional, de mais

de 21 milhões de turistas em 2016, quando comparado com os mais de 30 milhões de visitantes anuais da cidade de Veneza, ou os 75 milhões de Barcelona, dá-nos uma boa perspetiva do que ainda temos pela frente.

Um País que abriu o seu mercado interno ao mundo e, quase viu destruída a sua capacidade produtiva em setores como a agricultura, as pescas e a indústria. Um País que, para continuar a pertencer a um espaço único e a uma moeda europeia, reduziu salários, pensões e esmagou o investimento, com as consequências que todos conhecemos no setor da Construção e Imobiliário. Um País que entregou o seu sistema financeiro e muitas das suas principais empresas ao controlo externo, não pode capitular perante interesses difusos.

É preciso impor o interesse nacional e defender os Portugueses. Exige-se uma voz firme na Europa. Mas também se exige que, a nível interno, haja bom senso e ponderação. Aumentar impostos para os Residentes Não Habituais, para satisfazer vontades e grupos de interesse? Transmitir sinais errados aos investidores e, com isso, encaminhá-los para outros países que concorrem diretamente com o nosso? Desprezar os efeitos positivos do turismo e da reabilitação urbana e a necessidade de os alargar à generalidade do território? Não pode ser. E esta é uma batalha que, infelizmente, começa aqui, em Portugal. No nosso espaço mediático, nos corredores do poder, na agenda de partidos e de instituições. Nos locais onde, à partida, deveríamos estar a juntar esforços para lutar pelo desenvolvimento sustentável, inclusivo e integrado de todo o País.

Presidente da CPCI - Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário

É preciso impor o interesse nacional e defender os Portugueses. Exige-se uma voz firme na Europa. Mas também se exige que, a nível interno, haja bom senso e ponderação